

# Forestis

Vamos deixar  
que a Floresta  
fique assim?



# Agenda

- Jornada Técnica da Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga, 21 de Julho, Oliveira de Azeite
- Conferência anual do Instituto Florestal Europeu, 2-4 de Setembro, Lisboa
- Jornada Técnica PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto, “Estudo diagnóstico de prevenção para a área do Grande Porto”, 4 de Outubro, Forum da Maia
- Feira FIMMAP (Feira Internacional de Máquinas Para Trabalhar Madeira) – Ferrália (Salão de Acessórios e Equipamento Auxiliar para a Indústria da Madeira), 12 a 15 de Outubro, Exponor
- Seminário sobre “Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa” – 13 de Outubro – organizado pela *Forestis*

## SUMÁRIO

Editorial

3

Série: Gestão Florestal

4

Série: Entrevistas

6

Vida da *Forestis*

9

Vida das organizações sub-regionais locais

13

Ficha Técnica

18



### FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL Nº 17

EDITADO POR: *Forestis*

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ANDRÉ REBELO, CAROLINA DOMINGUEZ, DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DE SOUSA, JOSÉ BENTO DA SILVA RAMOS, LUÍS OSÓRIO, MARGARIDA BARBOSA, NUNO CALADO, PAULA AFONSO, ROSÁRIO ALVES E SÉRGIO MARABUTO

*Forestis*

# EDITORIAL

A sustentabilidade económica da Floresta Portuguesa ou até mesmo a sua viabilidade após o fim do III. QCA, está em grande parte dependente de uma série de instrumentos financeiros e fiscais cuja regulamentação tarda em ser realizada. O objectivo destes instrumentos é criar condições para que a dinâmica de investimento e de estruturas existentes em torno do tecido florestal produtivo, totalmente assente nos programas de apoio ao investimento florestal, não se desmorone com alterações significativas ou com o fim destes programas, o que seria um sério revés para o desenvolvimento da floresta portuguesa.

Esta questão é uma das exigências consensuais entre os diversos parceiros da Fileira [ref. "O Sector Florestal Português" (CESE), "Proposta para um Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa" (BPI-AgroGes-JaakkoPoyry) e I.º Seminário sobre Associativismo Florestal (Novembro, 98)], foi também já assumida como compromisso político na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto) e no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (Resolução de Conselho Ministros n.º 27/99).

As evidentes dificuldades que a elaboração e implementação destes instrumentos apresentam (cooperação entre ministérios; desfavorável conjuntura em matérias financeiras e fiscais; o prazo extremamente limitado, até 2007), não podem ser razão para o seu adiamento sob pena de se estar a cortar de forma eventualmente irreversível o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa.

Daí a urgência do relançamento deste debate junto dos agentes da Fileira, Administração Pública e Sociedade em geral.

José Bento da Silva Ramos  
(Presidente da Direcção)

## Seminário sobre "Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa" - 13 de Outubro de 2000, Exponor - organizado pela Forestis

### Programa provisório

9.00 H - Entrega de Documentação

9.30 H - 10.00 Sessão de Abertura

#### **10.00 H - Análise do Apoio ao Investimento no Sector Produtivo Florestal:**

##### **O período 1980-2000**

- Investimento à Produção Florestal
- Prevenção e Combate aos Fogos Florestais
- Organização de Proprietários Florestais
- Formação Profissional

##### **O período 2000-2007**

Instrumentos e Medidas de Apoio ao Investimento Florestal:

- Lei de Bases da Política Florestal e o PDSFP
- O III.º QCA

11.10 H - Pausa Para Café

11.30 H - Debate

#### **12.00 H - O Apoio ao Investimento Florestal na Europa:**

- Espanha/França
- País Nórdico

13.00 H - Pausa para almoço

#### **14.30 H - A Sustentabilidade do Investimento no Sector Florestal**

Moderador: Jornalista

Mesa Redonda:

- Ministério da Economia e das Finanças
- Associação Portuguesa de Seguradores
- BPI
- DGF
- Forestis
- AIMMP
- CELPA

16.00 H - Pausa para Café

16.30 H - Debate

17.30 H - Sessão de Encerramento

# GESTÃO FLORESTAL

## – A decisão de investir (II)

Depois de (no número 15 deste Boletim) termos analisado o meio envolvente à actividade florestal, centrando-nos na vertente da produção, retomamos o tema do investimento florestal.

Esse texto terminava com a interrogação de quem estaria disposto a investir nesta área?

Por isso, vamos concentrar-nos, agora, no perfil, capacidades e motivações desses investidores.

### Perfil do investidor

A primeira constatação quando se analisa a população de potenciais investidores é que não existe um perfil único. No entanto, há características que permitem isolar grupos mais ou menos homogêneos. De entre eles destacam-se as empresas ligadas à indústria de celulose, que por opção, e por agora, não vão ser alvo das nossas atenções.

Mais difícil é caracterizar o restante leque de investidores. Para isso, partimos da amostragem que conseguimos ter de pessoas que se deslocam às Associações Florestais do Norte e Centro. A primeira nota a registar é que a esmagadora maioria é proprietário florestal, por isso e partindo desta conclusão analisamos os seus perfis em duas grandes vertentes: absentistas ou não e citadinos ou rurais.

| Perfil dos Investidores |              |                   |
|-------------------------|--------------|-------------------|
| 1. Absentista           |              | 2. Não absentista |
| 1.1 Rural               | 1.2 Citadino | 2.1 Rural         |

Dentro dos possíveis investidores é difícil aceitar que os citadinos tenham mais do que um espírito empresarial florestal e por isso não nos custa englobá-los apenas no grupo de absentistas, embora vejam nas suas propriedades fontes de rendimento e de recreio. Este grupo é caracterizado por ser constituído por indivíduos geralmente mais jovens e cultos e por isso mais abertos a acções inovadoras, como a gestão conjunta se

forem salvaguardados os direitos de posse patrimonial, nomeadamente de venda ou herança.

Quanto aos possíveis investidores rurais absentistas ou não, normalmente mais velhos e menos instruídos há grandes dificuldades em os conduzir para acções diferentes das que sempre praticaram e que são na verdade uma herança cultural dos seus antepassados.

Este grupo tem muita dificuldade em aceitar que a floresta, a partir dos últimos 30 anos, deixou de ser um complemento da actividade agropecuária e portanto deve ser considerada como autónoma em relação a este tipo de actividades.

Refira-se que outra característica comum a todos os indivíduos é pertencerem a uma **faixa etária média-alta**, o que sob o ponto de vista da duração do ciclo económico da produção florestal não é muito adequado.

A explicação está no facto da propriedade florestal ser maioritariamente um bem de família que atravessa as gerações pelo acto da herança, por isso, só a partir de determinada idade é que muitas pessoas têm acesso à *posse da terra*.

### Capacidades do investidor

No que respeita a este item estabelecemos 4 níveis de capacidades: **financeira**, **patrimonial** (posse de terra), **recursos humanos** (trabalhadores, técnicos) e de **estrutura organizacional** (meios administrativos e de gestão próprios). Seguindo a estratificação feita no quadro anterior, a caracterização dos grupos de um modo geral pode-se resumir através do quadro seguinte:

| Características          | Grupo 1.1       | Grupo 1.2         | Grupo 2.1         |
|--------------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Recursos financeiros     | Não disponíveis | (Não) disponíveis | Disponíveis       |
| Recursos patrimoniais    | Disponíveis     | Disponíveis       | Disponíveis       |
| Recursos humanos         | Não disponíveis | Não disponíveis   | (Não) disponíveis |
| Recursos organizacionais | Não disponíveis | Não disponíveis   | Não disponíveis   |

Constata-se que os proprietários de prédios florestais, normalmente, não têm grande disponibilidade financeira para investir.

Outro denominador comum aos três grupos é a ausência de capacidade técnica e organizacional, ou seja, o conhecimento que eles próprios ou quem os rodeia têm sobre a actividade propriamente dita é invariavelmente reduzido, acontecendo algumas excepções no grupo de proprietários rurais não absentistas que, fruto da sua proximidade com a terra, têm acesso a mais informação sobre alguns aspectos, e tem acumuladas algumas vivências. Contudo, frequentemente, os **proprietários do meio rural** acreditam ter mais conhecimentos, ao nível técnico, do que realmente possuem, pois alguns dados que têm como adquiridos não são mais do que vícios e mitos que são passados empiricamente entre agricultores de geração em geração.

## Motivações

Ao nível dos grandes objectivos não há diferença entre os três grupos, obviamente todos querem criar riqueza para si próprios e obter remuneração do capital que já possuem seja ele de carácter patrimonial ou financeiro. A diferença existe, contudo, ao nível da taxa de remuneração esperada e do prazo de retorno, porque as motivações são diferentes nos diversos grupos.

O **investidor do meio rural** pretende ver valorizado e aproveitado um recurso que ao longo do tempo foi, por si próprio, relegado para segundo plano, mas que vendo bem, no passado, serviu em muitas ocasiões para solucionar problemas financeiros. Actualmente, e fruto do abandono encontra-se agora com níveis de produção baixos, ou mesmo zero como no caso muito frequente dos povoamentos que foram alvo de sucessivos incêndios.

Este indivíduo, normalmente agricultor, é também movido por impulsos emocionais que se relaciona com os laços geracionais. Ele recebeu um património da geração anterior que quer transmitir aos filhos nas mesmas condições, mas face à sua idade avançada não está disposto a fazer grandes investimentos.

Por sua vez, o **proprietário citadino**, confronta-se com um bem que por inerência é seu, a custo

zero, pelo que se propõem a rentabilizá-lo cumprindo também a sua "obrigação" de dar continuidade ao património familiar e que o liga de novo às suas raízes. A opção de alienação do património normalmente não é sequer considerada, de entre outras razões, pelo preço pouco atractivo em terrenos exclusivamente de aptidão florestal.

Apesar das razões emotivas que impulsionam este investidor a agir, ele não está disposto a assumir riscos, sem algum acompanhamento.

Agora o importante é saber como é que, cada um dos investidores age?

Rosário Alves



# ENTREVISTAS

## DR. ANTÓNIO CAMPOS CÊA – DIRECTOR REGIONAL DE AGRICULTURA DO ENTRE-DOURO E MINHO

*Forestis:* **Dr. Cêa, quais são os principais problemas da floresta do Entre-Douro e Minho?**

Dos três tipos de floresta que temos, a primeira de gestão pública ou sob gestão dos conselhos directivos de baldios – as áreas comunitárias –, a segunda que corresponde a uma mancha florestal trabalhada por várias empresas ligadas à actividade florestal, é a terceira, a floresta de mini-fúndio onde se verificam os maiores problemas.

É nesta grande mancha de base individual privada, repartida por milhares de parcelas e milhares de proprietários que se verifica uma grande carência de intervenção no sentido de se conseguir alguma racionalidade de gestão.

Mesmo que haja muitos proprietários que queiram gerir bem a sua floresta, estão certamente inibidos de o fazer dada a dimensão que não permite uma relação aceitável entre os custos de exploração e rendimentos gerados. E aqui temos que dar as mãos para encontrar formas de apoio a esses proprietários.

*Forestis:* **Quais são as soluções para essa mancha mais crítica?**

Nos últimos anos, não houve para este espaço um acompanhamento do esforço de modernização das infra-estruturas. Faltam acessos que permitam a entrada de máquinas e camiões não só para a gestão e protecção mas também para a simples extracção de material lenhoso. Não há, em geral corta fogos nem aceiros, capazes de actuar como cortinas contra os fogos, nem pontos de água suficientes. Não é por acaso que é nesta mancha que ocorrem mais de 80% dos fogos florestais. É nos distritos onde a mancha está mais pulverizada e dividida que se verifica a maior ocorrência de fogos.

Evidentemente depois existem as questões de silvicultura propriamente dita, mas estas vêm

numa segunda fase depois de termos o problema de base das infra-estruturas resolvido.

A ultrapassagem das grandes vulnerabilidades só se poderá conseguir procurando entendimentos com os próprios proprietários florestais na base de manchas contínuas.

É necessário gerar dinâmicas de intervenção conjunta não só com proprietários mas com outras entidades, nomeadamente, associações florestais, autarquias, serviços da administração central...

Quem conheceu bem o PEDADP sabe que, na parte agrícola se criou uma rede de infra-estruturas. E na floresta esta componente nunca foi suficientemente trabalhada, até para interessar os proprietários.

Uma intervenção colectiva pode animar outras intervenções. E aqui temos que ter o apoio do movimento associativo e das autarquias através de todos os sistemas de incentivo.

*Forestis:* **Qual foi o contributo desta Direcção Regional no anterior Quadro Comunitário para resolver estes problemas?**

Foi mais interessante o contributo anterior ao último Quadro Comunitário onde bem ou mal se provocou o aparecimento de muitos agrupamentos florestais. No último Quadro Comunitário, o número de agrupamentos diminuiu significativamente, o que se pode explicar com as dinâmicas dos actores locais. É difícil encontrar a partir dos próprios proprietários iniciativas de busca de entendimentos. Tem que haver aqui relação com alguns mediadores externos no sentido da busca desses entendimentos, quer via associações ou autarquias. Isto porque a floresta ainda é uma actividade secundária, é algo que se vai adiando. Ou há aqui uma animação de congregação de vontades ou então é muito difícil esperar pela livre iniciativa.

No último QCA os agrupamentos diminuíram bastante. Se calhar houve alguns problemas de

legislação que exigia alguma formalização desses agrupamentos. Temos que encontrar vias mais informais como ponto de partida para se poder chegar a soluções mais formais de gestão. É errado continuar a insistir em formas à partida muito elaboradas e exigentes.

**Forestis: Quais são as grandes mudanças que traz este novo quadro comunitário?**

Tendo-se considerado apoio à floresta insuficiente no anterior Quadro, há uma vontade política de o reforçar agora, disponibilizando um orçamento maior para a floresta. Para a componente florestal, o montante triplica em relação ao Quadro anterior. Claro que não é só pelos milhões a mais que os problemas se vão resolver. Especialmente nas zonas minifundiárias, o esforço para a floresta é muito grande. Mas assim podemos atacar alguns problemas mais importantes.

Está também a avançar-se com os Planos Regionais de Ordenamento Florestal. Se houver por parte do governo a aceitação de alterar alguns princípios que estão neste momento no diploma quadro de definição dos PROF, e nós vamos ter que insistir nisso, podemos ter aí, uma via muito singela de se atacar os problemas, nomeadamente da mancha mais crítica. Isto no sentido de congregar um conjunto de vontades e o acompanhamento financeiro adequado, no sentido de obter algumas manchas minimamente infra-estruturadas, na componente da dimensão, da exploração e da preservação desses espaços florestais. Não concordamos com o facto da não exigência de Planos de Gestão Florestal para o minifúndio. Os PROF e PGF não podem pôr de parte ninguém. Parece-nos que actualmente o PROF está mais adequado às grandes manchas e não potencia a gestão do minifúndio. Isso tem que ser ponderado.

**Forestis: As medidas de acompanhamento da gestão florestal, neste quadro comunitário não parecem ter sido priorizadas. Qual é a sua opinião sobre isso?**

Não é bem assim. Há um conjunto de medidas horizontais de desenvolvimento regional, na base do território, que se forem bem aproveitadas podem ser de grande ajuda. Também há outras

medidas de acção integrada que vão nesse sentido. Por exemplo no Alto Minho, a acção integrada, vai de certeza ao encontro dos seus problemas florestais.

Além disso há outras medidas municipais e intermunicipais de apoio, na base do território, que, articuladas com medidas específicas florestais, podem ser instrumentos muito importantes para se desenhar intervenções mais qualificadas.

**Forestis: Como caracteriza a organização institucional do sector?**

Estamos numa fase tão inicial de uma caminhada para a resolução dos problemas florestais, que todas as iniciativas que venham fortalecer acções conjugadas em favor da floresta, são bem vindas. Não devemos ter a pretensão de as esgotar todas. Há certos modelos rígidos que podem dificultar a conjugação de vontades. Tudo o que for feito no sentido do reforço organizativo é muito bem vindo, sobre tudo sempre em torno do território. Tem que se ter em atenção que, por vezes, não é fácil conjugar interesses tão diferenciados como os dos proprietários, com interesses imediatos, e os dos industriais que têm interesses a mais longo prazo.

O curto prazo exige estratégias organizacionais diferentes do médio e longo prazo.

O reforço organizativo de todas as maneiras é bem vindo. Aliás os interessados são cada vez mais. Vejo muitos presidentes de junta de freguesia interessados na problemática florestal. E eles são bons animadores locais. São capazes de convencer os conterrâneos para intervir nas suas propriedades. Depois, a componente técnica, podem ir buscá-la às Associações ou onde ela estiver.

Aliás é preciso também pensar em concertações com empresas, nomeadamente para aqueles proprietários seus vizinhos.

**Forestis: Qual vai ser o papel da DRAEDM na gestão do Novo Quadro Comunitário?**

Nas medidas regionais, a DRAEDM terá um papel decisivo na aprovação e gestão dos apoios à floresta. Nas medidas não regionais, a DRAEDM participará em todas as unidades de gestão pelo que acompanhará todos os processos de aprovação de candidaturas.



**Forestis: Acha necessário um novo modelo de gestão dos baldios?**

O problema da gestão dos baldios surgiu por alguma rigidez da administração pública nas áreas sob gestão pública, e começou a avolumar-se quando se pôs a questão de ter os meios humanos capazes de dar conta desta atribuição.

Não há grandes queixas contra os resultados da gestão sempre e quando ela é feita. O problema aqui é de haver capacidade de a fazer. Porque toda a alteração de modelo exige um consenso muito alargado, do modelo na sua fundamentação de raiz (Lei de Baldios), onde tem que haver, no quadro da Assembleia da República, uma discussão definitiva sobre a revisão ou não dos instrumentos a introduzir para equacionar os problemas de gestão. Outra coisa é juntar vontades dos conselhos de baldios, juntas de freguesia para encontrar soluções de melhor equipamento, quer em termos humanos, quer em termos materiais para essa gestão, e aí sim é possível concertar esse esforço com toda esta gente, ou eles próprios partirem para outras formas de gestão. O problema aqui é saber quem é que paga, como se paga. Mas aqui vai depender muito das dinâmicas das próprias comunidades.

**Forestis: E o fundo financeiro florestal, acha que ele é necessário?**

Um fundo financeiro implica na prática a criação de um instrumento que se deve perpetuar no tempo. Isso vai depender da forma como for feita a gestão desse fundo. Houve muitos fundos nos anos 50 e 60 que desapareceram. Funcionaram como capital de risco. Julgo que com excepção de alguns projectos florestais com alguma dimen-

são ainda não há condições objectivas para, em vez de estar a atribuir dinheiro a fundo perdido, encontrar uma prática mista de metade a fundo perdido, metade de empréstimo a longo prazo de forma a que seja possível a reposição de fundos. Se não estamos aqui a enganar-nos e mais vale não complicar. Terminado os quadros comunitários temos que fortalecer instrumentos que tem alguma continuidade. Aí temos que abdicar de algumas coisas, nomeadamente os níveis de comparticipação que estão a ser praticados neste momento.

**Forestis: Esta Direcção regional estaria disposta para apoiar alguns projectos piloto de investimento onde se podiam ensaiar formas financeiras fora do quadro comunitário?**

Não, isso é impossível. Nós não temos dinheiro para isso.

**Forestis: E no âmbito da medida de engenharia financeira?**

A medida de engenharia financeira vai servir para os seguros agrícolas atender as calamidades. Outra parte para constituir um fundo propriamente dito. Mas tanto quanto eu sei, está a ser mais pensado para a indústria de transformação.

PUB.

**Alfredo Moreira da Silva  
& Filhos, Lda.**



Quinta da Revolta - Rua do Freixo - 4300-210 Porto  
Tel.: 351 22 531 30 20 Telefax: 351 22 531 30 29  
Email: viveiros.ams@mail.telepac.pt

Forestis

# VIDA DA *Forestis*

## **Assembleia Geral da *Forestis* reunida no Porto (2 de Junho)**

Em reunião ordinária da Assembleia Geral da *Forestis*, realizada na sede, os delegados das organizações florestais sub-regionais apreciaram e aprovaram por unanimidade o relatório, Balanço e Contas de 1999 que mostra nas suas múltiplas intervenções, um avanço quantitativo e qualitativo evidente da *Forestis* na consolidação do movimento associativo florestal nacional.

Nesta ocasião o Eng<sup>o</sup> Moreira da Silva, reconhecido silvicultor a nível internacional, pioneiro e fundador deste movimento, ex-Presidente da *Forestis* foi, por unanimidade e com aplausos, eleito Presidente honorário da *Forestis*.

## **Participação da *Forestis* no Grupo de Trabalho de Operações Mecânicas e Manuais Florestais**

A *Forestis* tem vindo a participar no "Grupo de Trabalho de Operações Mecânicas e Manuais Florestais", criado por iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, coordenado pelo Eng.<sup>o</sup> Carlos Freitas do IHERA – Instituto de Hidráulica e Engenharia Rural e do Ambiente.

Neste grupo além dos representantes dos produtores tem assento a ANEFA – Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, DGF – Direcção Geral das Florestas e obviamente o IHERA. Estas entidades têm a tarefa de, em conjunto, fornecer indicadores técnicos e económicos fidedignos que sirvam como base de referência aos programas de financiamento florestal que se aproximam. Após este trabalho, o grupo deve continuar a existir para acompanhar a evolução destas matérias e intervir através de parecer sempre que haja necessidade.

Neste momento, é de registar que após 6 reuniões, com periodicidade quase semanal, os consensos têm sido difíceis de atingir. Por um lado, porque as perspectivas à volta de mesa são

em algumas questões bastante diferentes, mas principalmente, sob o nosso ponto de vista, por algumas das partes terem receio em ficar presas a compromissos que possam ser definitivos e pela notória diferença de perspectivas quanto à forma de introduzir alguma racionalidade no mercado e qualidade na prestação do serviço.

O nosso propósito neste grupo tem sido defender a diferenciação positiva de preços para os prestadores de serviços que executem pequenos projectos (de 5 ha áproximadamente), criar custos de referência por operação e por hectare que se baseiem em dados fidedignos (estamos a trabalhar com dados do IHERA) e que permitam aos prestadores de serviços trabalhar com qualidade, e por último, mas mais importante para os proprietários, tentar estabelecer medidas acessórias mas de carácter obrigatório que garantam a defesa dos interesses do dono da obra, ou seja a qualidade do trabalho florestal.

Esperamos no próximo número do boletim anunciar os resultados produzidos pelo Grupo de Trabalho, de que certamente os responsáveis do Gabinete de Planeamento, farão eco nos programas de investimento que estão a preparar.

## **Técnicos e proprietários florestais visitam a FOREXPO em França**

Com o objectivo de actualizar os conhecimentos silvícolas e associativos dos técnicos e proprietários florestais das suas associadas, a *Forestis* organizou uma viagem à FOREXPO-Feira Europeia de Silvicultura e de Exploração Florestal, que decorreu nos dias 7, 8 e 9 de Junho em Soustons, França. Aproveitando esta deslocação, organizaram-se também visitas a associações florestais espanholas para promover o contacto e a troca de experiências. Esta viagem teve o apoio de um projecto internacional em que a *Forestis* está a participar, o **Eurosilvasur**, no âmbito do programa RECITE II, e no qual participam 7 regiões europeias e diversas organizações florestais.

A primeira paragem para técnicos e proprietários florestais foi em Tolosa, no País Basco, onde

fomos recebidos pela Associação de Proprietários Florestais de Gipuzkoa. Aqui, foi possível conhecer um pouco da actividade desta associação florestal, nomeadamente, os tipos de serviços prestados, a sua estrutura técnica, etc, assim como o funcionamento do sector florestal do País Basco. Fizemos também uma visita a povoamentos de pseudotsugas, com cerca de 80 anos, larix, cedros, pinheiro insigne (*Pinus radiata*) e faias.

Na FOREXPO foi possível assistir às demonstrações da diversa maquinaria de exploração florestal e equipamento de defesa contra incêndios, ver os últimos modelos das diferentes marcas, discutir a sua possível aplicação em Portugal, etc, assim como visitar os stands das associações e diferentes organismos e empresas presentes.

Já no regresso, fizemos outra paragem em Benavente, na região de Castela e Leão, onde fomos recebidos por responsáveis da Associação Florestal de Zamora, da Federação de Associações Florestais de Castela e Leão, e do Departa-

dades visitadas, permitem-nos afirmar que esta viagem cumpriu na íntegra os seus objectivos.

## A *Forestis* aguarda resposta à proposta de colaboração com o Ministério do Ambiente

Em audiência com o secretário de Estado do Ordenamento do Território e de Conservação da Natureza, o Dr. Manuel da Silva Pereira, a *Forestis* apresentou as acções que têm vindo a realizar e o seu programa de actividades designadamente nas áreas da promoção do associativismo e ordenamento do território.

O encontro realizou-se em Lisboa, a 12 de Abril, e a *Forestis* fez-se representar pelos seus presidente e vice-presidente, Silva Ramos e Eduardo Roxo, e pela coordenadora da instituição, Caroline Dominguez.

Esta reunião foi ainda a ocasião escolhida para entregar ao secretário de Estado a Carta de Aptidão Florestal da Região Norte, elaborada pela *Forestis*, bem como uma proposta de colaboração entre esta federação e o Ministério do Ambiente. Esta proposta, muito bem recebida por aquele membro do Governo, prevê uma acção conjunta em áreas com a educação ambiental, formação profissional, Rede Natura 2000 e Planos de Ordenamento do Território.

Mostrando-se sensibilizado para as questões apresentadas, o secretário de Estado deixou transparecer uma grande receptividade às propostas da *Forestis*, o que se traduz num balanço positivo desta reunião.

## *Forestis* presente nas jornadas agrícolas de Fafe

"O Associativismo Florestal no contexto do Entre Douro e Minho" foi o tema apresentado pela coordenadora da *Forestis*, no decurso das Jornadas Agrícolas – Feiras Francas de Fafe, realizadas no auditório do Centro Cultural daquela cidade.

Promovidas pela COFAFE – Cooperativa Agrícola de Fafe, a 15 de Maio, estas Jornadas Agrícolas vieram confirmar o grande potencial florestal do concelho, uma zona onde o investimento no sector deverá ser incentivado e particularmente aca-

| País Basco                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Castela e Leão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• A associação define com o governo regional um plano de actividades que é apoiado financeiramente numa determinada percentagem.</li> <li>• Seguro colectivo de responsabilidade civil para os associados (não inclui incêndios).</li> <li>• Seguro de Incêndios</li> <li>• Nas espécies autóctones cujo efeito na paisagem seja considerado importante, o governo regional paga uma renda para manter essa floresta. A associação define com o governo regional um plano de actividades que é apoiado financeiramente numa determinada percentagem.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A associação define com o governo regional um plano de actividades que é apoiado financeiramente numa determinada percentagem.</li> <li>• O governo regional estabelece contratos ou convénios com os proprietários para a produção de choupos. Estes contratos podem definir o pagamento antecipado, no decorrer da revolução, de 4 prestações no valor de 15% do valor do corte final estimado.</li> </ul> |

mento de Choupos do Conselho do Meio Ambiente e Ordenamento do Território da Junta de Castela e Leão. Aqui foi possível visitar um povoamento de choupos, pertencente a um particular, um ensaio de diferentes clones de choupos, e duas unidades industriais, uma para a fabricação de **MDF** e outra para a fabricação de estrados para camas e sofás a partir do desenrolamento de madeira de choupo e de eucalipto.

O interesse e a participação activa que todos, técnicos e proprietários florestais, manifestaram ao longo da viagem e nos contactos que se estabeleceram com os diferentes responsáveis e enti-

## Forestis contribui para o seminário de sensibilização sobre o associativismo na Lousã

Promovida pela Câmara Municipal, teve lugar na Lousã, a 14 de Maio, uma sessão de sensibilização sobre o associativismo florestal, uma iniciativa que reuniu cerca de meia centena de proprietários locais ligados ao sector.

A já vasta experiência da *Forestis* nesta área foi transmitida aos presentes pelo presidente da instituição, o Dr. Silva Ramos, tendo o encontro contado ainda com intervenções de representantes da Câmara Municipal da Lousã e da Direcção Regional da Agricultura.

## A *Forestis* apoia o surgimento da URZE na encosta da Serra da Estrela

Depois de vários contactos e reuniões de trabalho para apoiar a sua criação, a *Forestis* teve a honra de estar presente no lançamento público da URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, sócia desta federação. Para além de uma sessão de esclarecimento e debate sobre questões florestais, a apresentação da nova associação incluiu uma exposição de trabalhos sobre a floresta realizados pelas crianças das escolas, sendo ainda apresentado um vídeo sobre a recém-criada instituição e a zona geográfica onde se insere.

A vasta audiência presente na Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, em Gouveia, teve ainda oportunidade de escutar os representantes da *Forestis*, o Eng<sup>o</sup> Moreira da Silva e a Dr<sup>a</sup> Carolina Dominguez, que dissertaram sobre associativismo florestal.

O debate contou ainda com a presença do Governador Civil da Guarda, do presidente da Câmara de Gouveia e do director de Serviços Florestais da Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior.

Apresentando um interessante e ambicioso programa de acção, a nova associação revela desde já um grande potencial, convertendo-se numa grande «esperança» para o sector florestal da região.

## Reuniões com a Comissão Parlamentar de Agricultura

### *Forestis* solicita debate parlamentar de urgência sobre a política florestal

Em audiência com a Comissão Parlamentar de Agricultura, de Desenvolvimento Rural e Pescas, **em 23 de Março**, a *Forestis* solicitou um debate parlamentar de urgência sobre a política florestal. Com efeito, considerando que em Portugal se verificam indicadores de gestão não sustentável – ao contrário do que se passa na União Europeia –, a *Forestis* manifestou junto dos representantes da Comissão Parlamentar a sua preocupação quanto à situação da floresta portuguesa, em especial a do minifúndio, num momento em que a superfície florestal na Europa está, em média, a aumentar, enquanto em Portugal regride. Esta situação é ainda agravada pela tendência para a instalação de monoculturas do pinheiro bravo e do eucalipto nas regiões do Norte e Centro, sem critérios de compartimentação e de ordenamento do território. Esta situação reclama uma profunda reflexão a nível nacional sobre a viabilidade a prazo da floresta portuguesa.

A *Forestis* reivindicou ainda a criação, na estrutura governativa, de uma Secretaria de Estado que se ocupe exclusivamente do sector florestal, para que ele possa ter um tratamento à altura do seu peso na economia e na sociedade portuguesa.

Tendo por interlocutores representantes de todos os partidos políticos, a *Forestis* fez algumas críticas aos investimentos realizados no sector florestal, considerando-os muito pouco eficientes, devido à ausência de uma intervenção forte ao nível da gestão dos povoamentos.

A importância decisiva do associativismo na resolução dos problemas da floresta e a necessidade de aplicação de medidas diferenciadas para o minifúndio florestal e as grandes propriedades foram as linhas de força da proposta de actuação apresentada pela *Forestis* à Comissão Parlamentar da Agricultura, que se mostrou solidária com os seus termos e reconheceu a necessidade de alteração urgente da política florestal portuguesa.

A *Forestis* aproveitou ainda este encontro para reivindicar junto da Comissão Parlamentar a clarificação das razões que levaram à quebra de compromissos por parte do IFADAP, exigindo que fosse disponibilizada informação sobre o destino das verbas desviadas e os critérios de aplicação dos montantes aprovados.

As verbas referidas reportam-se a um protocolo estabelecido entre a *Forestis* e o IFADAP, em 1998, pelo qual esta entidade se comprometia a financiar o investimento florestal de 1 270 000 contos, a realizar pelo movimento associativo federado na *Forestis*.

No entanto, o protocolo apenas foi cumprido pela parte da *Forestis* e associações locais federadas, que se envolveram num processo de dinamização de projectos. O IFADAP, mesmo com atrasos significativos, apenas aprovou investimentos relativos a 63 % da verba comprometida, tendo o resto sido desviado para outros fins. Por essa razão, durante o período de 1998 até agora, milhares de hectares de floresta dos associados da *Forestis* não tiveram qualquer intervenção.

A *Forestis* desafiou aquela Comissão a dar uma resposta às propostas apresentadas.

**Em 4 de Julho**, em audição parlamentar com a maioria dos membros da mesma Comissão Parlamentar, a *Forestis* apresentou de maneira sintética todo o trabalho desenvolvido por este movimento associativo até a data.

A seguir, e de acordo com o tema da audição (Relações entre o Ministério de Agricultura e as organizações representativas do sector), verificando o bom diálogo mantido com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, a *Forestis* lamentou no entanto a dificuldade de aproximação junto do Ministro de Agricultura. Com efeito desde a assinatura do convénio em 1998 entre esta federação e o Ministro de Agricultura, e apesar das inúmeras tentativas de aproximação, não foi dada à *Forestis* a possibilidade de expressar junto do Ministro de Agricultura e de viva voz, as suas propostas para a elaboração do

Novo Quadro Comunitário. É mais, ainda aguardamos resposta às propostas escritas enviadas por esta federação a esse Ministério.

A *Forestis* aproveitou o encontro para elucidar a Comissão Parlamentar sobre a posição desta federação relativamente à resposta enviada pelo Ministério de Agricultura sobre o protocolo *Forestis*-IFADAP, manifestando que as razões invocadas pelo Ministério de incumprimento por parte deste movimento, devido à baixa taxa de execução do primeiro semestre do protocolo, não são válidas, continuando a se verificar, para o segundo semestre do protocolo .....

O conjunto dos representantes da Comissão manifestou muito apreço ao trabalho desenvolvido pela *Forestis*, louvando a sua actuação na área de minifúndio, comprometendo-se em fazer-se eco das nossas reivindicações.

PUB.

*Forestis*

12 - 18  
OUTUBRO  
EXPONOR

  
**FIMAP**  
 11ª FEIRA  
 INTERNACIONAL  
 DE MÁQUINAS  
 PARA TRABALHAR  
 MADEIRA








**6º SALÃO DE  
 ACESSÓRIOS  
 E EQUIPAMENTO  
 AUXILIAR PARA  
 A INDÚSTRIA  
 DA MADEIRA**






Só para profissionais

Desejo receber mais informações sobre: Expositor ☐ Visitante profissional ☐

FIMAP 2000  Empresa

FERRÁLIA 2000  Nome

Endereço

Telefone  Fax

Cód. Postal

E-mail

EXPONOR - FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO • 4450-617 LEÇA DA PALMEIRA  
 TELEFONE: 22 998 14 00 • FAX: 22 995 74 99 • E-MAIL: INFO@EXPONOR.PT • WEB: WWW.EXPONOR.PT

# VIDA DAS ORGANIZAÇÕES SUB-REGIONAIS LOCAIS

Forestis

## Associação Florestal do Vale de Sousa

### Presidência aberta sobre o sector florestal

Na semana de 3 a 7 de Abril teve lugar uma Presidência Aberta sobre o sector florestal na sequência de uma solicitação feita nesse sentido pela Direcção da *Forestis* no ano passado. Para abrir a semana, a Presidência da República distinguiu duplamente a nossa associação e, através dela, o conjunto do movimento *Forestis* a que pertencemos:

- primeiro, escolhendo como acto de abertura da Presidência Aberta uma visita à nossa associação, a projectos por nós indicados;
- segundo, convidando o Presidente da Direcção que também é Presidente da Mesa da Assembleia Geral da *Forestis* para proferir a comunicação de abertura da mesa redonda que teve lugar a partir das 14h 30 do dia 3 de Abril, no Centro Tecnológico das Indústrias da Madeira e do Mobiliário, em Lordelo.

Quanto à visita ao terreno, a Direcção da nossa associação propôs que ela se fizesse à freguesia de Lagares como forma de homenagear o trabalho de associativismo florestal que se tem vindo a fazer naquela zona e nas freguesias vizinhas pelos respectivos proprietários florestais, com o apoio das autarquias, dos serviços do Ministério da Agricultura e da nossa associação. Essa visita começou às 9h 30 no parque de merendas do projecto florestal da Junta de Freguesia de Lagares, seguindo-se uma sessão no Centro Social da localidade, onde o Eng. Luís Corte Real e o Presidente da Direcção apresentaram posters ao Sr. Presidente da República descrevendo os agrupamentos florestais da zona, bem como as actividades da nossa associação e da *Forestis*. Essa sessão terminou com um discurso de boas vindas proferido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia e uma intervenção do Sr. Presidente da República. Nessa intervenção o Dr. Jorge Sampaio tomou como ponto de partida as questões e os dados que tinha lido previamente na comunicação escrita que ia ser apresentada da parte da tarde pelo nosso Presidente da Direcção, cha-

mando a atenção para a importância do sector florestal na economia do país que muitos cidadãos desconhecem e para o papel fundamental do associativismo florestal no desenvolvimento do sector.

Daí a comitiva presidencial seguiu para Paços Ferreira, para visitar uma empresa de mobiliário – a AMBITAT. O resto desse dia passou-se nas instalações do CTIMM. Na parte da manhã houve uma apresentação das actividades da Associação das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Portugal e do CTIMM feita pelo Presidente da Direcção e pelo Presidente da Mesa da Assembleia dessa associação. A parte da tarde foi dedicada à mesa redonda moderada pelo Prof. Monteiro Alves, que abriu com a comunicação já referida do nosso Presidente da Direcção, seguindo-se intervenções do Eng.º Fernando Mota, Eng.º Isolete Matos, Eng.º Vitor Louro, Arq.º Carlos Guerra e Prof. Dr. João Bento. O debate abriu com uma série de questões pertinentes lançadas pelo Sr. Presidente da República nomeadamente no que se refere ao financiamento do desenvolvimento florestal e aos problemas de natureza jurídica que levantam o investimento e a gestão florestal agrupada. Nesse debate que depois se alargou ao resto da assembleia participaram também o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento, Eng.º Vitor Barros, e o Sr. Director Geral das Florestas, que acompanharam o Sr. Presidente durante todo esse dia. Melhor do que um resumo do que aconteceu nesse debate, será o



leitor interessado consultar o texto da comunicação de abertura e das restantes participações. O texto da comunicação poderá ser solicitado desde já à nossa associação. Uma informação mais completa sobre este e os restantes acontecimentos desta Presidência Aberta constará de um livro a editar pela Presidência da República.

Para terminar, aqui fica o nosso agradecimento ao Sr. Presidente da República, ao Prof. Dr. Carlos Portas, seu assessor para as questões agro-florestais e a todos quantos tornaram esta iniciativa possível, fazendo votos de que ela possa ter contribuído para o desenvolvimento do sector florestal.

## Fim do mandato dos órgãos sociais

Está no fim o mandato dos actuais órgãos sociais da nossa associação. Antes de fazer um balanço da actividade realizada, impõe-se uma palavra de agradecimento muito sentida da Direcção à competência, dedicação e espírito de sacrifício dos funcionários da associação, Eng.<sup>a</sup> Amália Neto, Eng.<sup>a</sup> José Alexandre Gomes, Maria Luís Babo e trabalhadores da equipa de sapadores. Sem o que eles têm feito a nossa associação nada seria. Um agradecimento e uma saudação da Direcção cessante também para a *Forestis* e para todas as associações a ela ligadas, bem como para outras que nos têm distinguido com a sua amizade. Palavras de agradecimento também para as entidades públicas que nos têm ajudado e distinguido com a sua amizade começando pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural que nos honrou com a sua presença no 5.<sup>o</sup> aniversário da nossa associação, e todos os seus colaboradores que connosco têm lidado mais directamente, nomeadamente na Direcção Geral das Florestas, na Direcção Regional de Agricultura do Entre-Douro-e-Minho e no IFADAP. No grupo das entidades públicas uma palavra especial também para a CCRN. Agradecemos ainda às autarquias locais a disponibilidade para colaborar connosco que queremos ver cada vez mais concretizada e aprofundada. Finalmente uma palavra de agradecimento às cooperativas agrícolas que nos ajudaram nomeadamente a de Paredes e a de Castelo de Paiva e aos prestadores de serviços que têm colaborado connosco e cujo papel importante no desenvolvimento do sector florestal muito prezamos. Que nos perdoem todos os outros amigos que aqui omitimos.

Como balanço muito sintético sobre o que foram estes três anos ao serviço da nossa associação aqui vão alguns dados:

- passamos de 331 sócios, em 31/12/96 para 429 em 31/12/99 correspondentes a cerca de 8300 ha de área florestal o que representa 23 % da área florestal do Vale do Sousa e faz de nós a maior associação florestal de Portugal em número de associados;
- dotamos a associação com um quadro de pessoal que não tinha, a saber, dois engenheiros florestais, uma administrativa e uma brigada de sapadores com cinco homens;
- apoiamos em 1997, 1998 e 1999 a realização de 70 projectos PDF com uma área total de 574,1 ha e de 47 projectos 2080, com uma área total de 134,4 ha;
- para além de intensificar o apoio aos associados na preparação e execução de projectos traduzido no grande aumento de visitas ao terreno e de atendimentos na sede e na Cooperativa Agrícola de Castelo de Paiva (866 em 1999, contra 173 em 1997), começamos a prestar serviços novos, nomeadamente avaliações de material lenhoso, levantamentos GPS e trabalhos de silvicultura preventiva, neste caso depois da constituição da equipa de sapadores, em Agosto de 1999, que tem tido uma resposta muito positiva por parte dos associados;
- dotamos a associação de equipamento que não tinha (2 viaturas todo o terreno, um kit de 1.<sup>a</sup> intervenção e equipamento para trabalhos de silvicultura preventiva, uma fotocopiadora, uma impressora, um computador para trabalho de cartografia) e renovamos algum equipamento existente (um computador, um telefone/fax);
- demos alguns passos na descentralização dos serviços em direcção aos concelhos mais afastados da sede (dois dias de atendimento por mês na Cooperativa Agrícola de Castelo de Paiva e criação do Núcleo de Felgueiras, com o apoio da respectiva Câmara Municipal);
- estabelecemos protocolos com quase todas as autarquias locais do Vale do Sousa;
- colaboramos regularmente nos órgãos sociais e consultivos da *Forestis* e em todos os projectos desta organizações aos quais fomos chamados a participar;
- fizemos tudo isto sem crises financeiras graves, fechando sempre com resultados líquidos positivos de montante muito significativo para uma associação como a nossa, o que nos tem permitido ir reforçando gradualmente a nossa situação financeira que só não é melhor por causa dos crónicos atrasos de uma minoria de sócios no pagamento das suas quotas e de algumas entidades públicas, nomeadamente autarquias locais, no cumprimento de compromissos que assumiram connosco.

A Direcção

## A Associação florestal do Cávado apresenta publicamente o "Agrupamento Florestal de Vila Cova"

No passado dia 11 de Março, a Associação Florestal do Cávado apresentou, publicamente, o seu primeiro agrupamento de produtores florestais.

Esta apresentação decorreu na Freguesia de Vila Cova (Concelho de Barcelos) e contou com a presença de suas Ex<sup>as</sup>, o Dr. Campos Cêa, Director Regional de Agricultura; Dr. Lagido Domingos, Director Regional do IFADAP do Porto; Eng<sup>o</sup> Eira, Sub-Director Regional de Agricultura; Dr. António José Afonso, em representação da Associação de Municípios do Vale do Cávado; a Eng<sup>a</sup> Isabel Moreira da Silva, em representação da Supervisão; os comandantes de Bombeiros de Barcelos e Barcelinhos; o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova, Sr. Celestino Dias da Costa; elementos da Direcção da Associação Florestal do Cávado, bem como, os proprietários florestais.

A apresentação do futuro projecto florestal, a ser enquadrado no III QCA, foi em plena mancha florestal, tendo o transporte para o local, sido garantido pelas viaturas todo-o-terreno das corporações de bombeiros locais, presentes neste evento, de modo a visualizarmos melhor a urgência de uma intervenção nesta área, com cerca de 300 ha.

Assim, preconizou-se como actividades a desenvolver neste agrupamento, que conta com a participação de cerca de 70 proprietários florestais, a beneficiação da rede viária existente e a abertura de alguns caminhos, a beneficiação de toda a área com limpeza de matos e de povoamento, a construção de, pelo menos, três pontos de água, adensamento com folhosas em algumas áreas e, o arranjo de uma zona de lazer junto à linha de água que percorre o agrupamento.

Após esta apresentação e do reconhecimento do espaço florestal que faz parte do agrupamento, realizou-se uma sessão de esclarecimento em sala, onde foram feitas algumas intervenções pelos representantes das entidades presentes. O vice-presidente da Associação Florestal do Cávado, Sr. José Senra Campelo, fez um breve historial do aparecimento deste agrupamento florestal. A ideia surgiu após a realização de um curso de formação profissional, promovido pela Associação e realizado nesta freguesia, no passado mês de Outubro. Com o apoio incondicional da autarquia local, foi possível reunir toda esta gente em prol de uma mais valia, que é a floresta.

O Dr. Campos Cêa, enalteceu e louvou esta iniciativa, não só pelo espírito empreendedor, bem como pela conjugação de esforços de uma Associação e de toda uma comunidade, mas também, pela perspectiva de futuro com carácter preventivo na proteção florestal.

André Rebelo (Técnico)



# PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

## Acções de Formação

Um dos muitos objectivos que a Portucalea pretende levar a cabo é a formação contínua dos proprietários na área do Grande Porto. Deste modo a Portucalea com a colaboração da *Forestis* promoveram duas acções de formação sob os temas: **“Técnicas Silvícolas”** e **“Podas e desramações em povoamentos florestais”** realizadas na Póvoa de Varzim nos meses de Fevereiro/Março e no centro da Maia durante o mês de Maio, respectivamente. Em cada uma destas acções participaram 16 formandos e 4 formadores ligados à área silvícola. Os temas abordados foram escolhidos de modo a que os participantes pudessem adquirir e/ou aumentar os seus conhecimentos e aperfeiçoar as técnicas, aplicáveis às suas áreas florestais, à gestão, instalação e condução dos seus povoamentos e à realização de podas e desramas.

### – Técnicas Silvícolas

Nesta acção foram abordados diversos temas: espécies florestais, preparações de terreno, limpeza de povoamentos, desbastes, podas e desramas, gestão, ordenamento e associativismo florestal. Foram efectuadas várias visitas a projectos florestais em áreas privadas e a um agrupamento, nas quais os formandos puderam observar diferentes tipos de solo, preparações de terreno e espécies instaladas. Observaram, ainda, algumas máquinas a trabalhar, nomeadamente motorroçadoras e um destroçador de facas.

árvores, épocas de podas, execução dos cortes, ferramentas a utilizar na poda, segurança e higiene no trabalho.

Este curso contou com a participação activa dos formandos, dada a forma como foi esquematisada a formação: 50% das aulas práticas foram em campo a realizar podas em carvalhos, plátanos, liquidambares, entre outras, e a desramar pinheiros. Deste modo foi possível usar algumas das ferramentas apresentadas: tesoura da poda, serrote de arboricultor e vara telescópica, e assim pôr em prática todos os aspectos desenvolvidos ao longo da formação.

## III Jornada Técnica: “Estudo Diagnóstico de Prevenção Florestal para a Área Grande Porto”

A Portucalea irá realizar a sua III Jornada Técnica, no Fórum da Maia, no dia 04 de Outubro, na qual será apresentado o Estudo Diagnóstico de Prevenção Florestal para a área do Grande Porto. Irá ser abordado o Inventário do coberto vegetal, das infra-estruturas florestais e a situação actual das áreas florestais no Grande Porto. Serão ainda feitas propostas de intervenção específicas. Após estas intervenções uma mesa redonda debaterá sobre a necessidade da existência do estudo apresentado, sua aplicação prática e possíveis intervenções a nível Municipal.

Serão convidados para estar presentes na sua III Jornada a Área Metropolitana do Porto (AMP), a Direcção Geral das Florestas (DGF), a Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF), a FORESTIS, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM), a Câmara Municipal da Maia, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e o Governo Civil do Porto.

Eng<sup>a</sup> Paula Afonso

### – Podas e desramações em povoamentos florestais

Nesta acção foram apresentadas umas breves noções de morfologia, fisiologia e anatomia das

# Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho

## Áreas Contínuas de Intervenção/Agrupamentos de Produtores

No Vale do Minho apenas 30% da área florestal é privada, existindo uma grande pulverização da propriedade já por si de dimensões muito reduzidas. Este facto, associado à existência de medidas que têm permitido a obtenção de ajudas à manutenção das superfícies florestais isoladamente e sem qualquer acompanhamento técnico, inviabilizou a constituição de agrupamentos florestais nesta região no último Quadro Comunitário de Apoio (QCAII).

Apesar de, no contacto com proprietários no terreno, constatarmos que, durante este período, a manutenção de algumas manchas florestais estava a ser financiada, não se notavam benfeitorias nem mudanças nas práticas silvícolas que conduzissem a uma melhor gestão florestal.

Mesmo neste contexto desfavorável, sob a perspectiva da gestão conjunta, a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho (APFVM) apoiou tecnicamente um conjunto de candidaturas simplificadas, apresentadas ao abrigo do PAMAF-Medida 3.1, das quais resultou a primeira **Área Conjunta de Intervenção** (ACI) privada, promovida por esta associação. Ainda no âmbito da mesma medida foi constituído um **Agrupamento de Produtores Florestais**, encontrando-se ambos os projectos em fase final de execução.

A Área Conjunta de Intervenção (ACI) de Pias constituída por 7 proprietários, apesar dos seus exíguos 3,6 ha poderá ser apresentada como um exemplo que gostaríamos de ver ampliado no novo QCA. Não só pelo trabalho conjunto desenvolvido mas também pelo envolvimento dos proprietários nas decisões de carácter técnico.

Os proprietários que a compõem, tendo em vista a realização do projecto, frequentaram um curso de formação profissional, promovido pela *Forestis* para a APFVM. Facto que lhes permitiu participar activamente na elaboração do projecto, apresentando inclusivamente sugestões quanto à necessidade de compartimentação, adequação das espécies ao solo, localização dos caminhos e compassos de instalação com vista à futura mecanização. Apesar de, como já referimos, serem candidaturas simplificadas isoladas, os trabalhos

foram efectuados em conjunto e foi mesmo derrubado um muro que separava duas propriedades de forma a facilitar as operações. Realce-se, ainda, que o sétimo proprietário, que não tinha requerido financiamento, aderiu também ao projecto apenas com financiamento próprio.

Também no caso do Agrupamento de Sopo, com uma área de 13,4ha e 7 proprietários, alguns dos seus membros frequentaram uma acção de formação profissional, o que lhes permitiu adquirir conhecimentos silvícolas e espírito crítico que têm aplicado na condução das suas matas.

Para que situações destas, pela sua "raridade", não voltem a ser notícia de Boletim, é fundamental que no novo Quadro Comunitário de Apoio os agrupamentos sejam claramente privilegiados em relação às candidaturas individuais quer ao nível de financiamento quer ao nível burocrático.

Se existirem medidas que financiem a floresta, proprietário a proprietário isoladamente, sem áreas mínimas e sem necessidade de apresentação de documentos comprovativos da despesa ou da posse da terra, então os agrupamentos de proprietários para serem realmente estimulados, deverão ter o mesmo ou melhor tratamento. Note-se que quando falamos em leveza burocrática não nos referimos à falta de responsabilização e fiscalização, pois, sentimos muito orgulho nos projectos que promovemos e, como tal, gostamos que os outros também os apreciem.

Margarida Barbosa (Técnica)



# URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

Há aqui qualquer coisa que não bate. Ainda agora nascemos, já nos obrigam a estar quietos. A URZE constituiu-se como Associação Florestal em Agosto/99. Foi muito acarinhada, todos disseram que era muito linda e que tinha muito futuro, enfim, o que se diz de todas as crianças. Bastava que se candidatasse e teria todos os apoios para crescer. Acreditou. Candidatou-se. Contratou engenheiro e sede e tudo, porque isso tinha de ser em 1 de Janeiro. Lá os entreteve, enquanto esperava o III QCA. Até ao Dia da Floresta, em Março, ainda foi esperando sem custo, até pelo simbolismo do dia, para se lançar em força no trabalho de divulgação e elaboração de projectos no terreno.

Foi uma festa bonita. Esteve cá o Eng.<sup>o</sup> Moreira da Silva, o Director Geral das Florestas, a «nossa» Dr.<sup>a</sup> Carolina, o PNSE, o Governador Civil, autoridades autárquicas, proprietários locais, enfim, aqueles que podiam dar seguimento e corpo à iniciativa dos 26 carolos iniciais. O Nuno Santos apresentou o nosso vídeo. Das escolas do Minho veio uma exposição de desenhos. As autoridades teorizaram e elogiaram. Os técnicos esclareceram e provocaram. O público opinou e debateu. Só faltou ao encontro a regulamentação do III QCA.

Faltou e continua a faltar. Eu não sei como reagem a isto as Associações que já estão no terreno. Digo-vos que para a URZE é aflitivo. Não podemos divulgar a ideia florestal sem que nos peçam para quantificarmos as ajudas que afirmamos existirem. Não podemos incentivar a candidatura a projectos. Vamo-nos entreterendo com iniciativas «muito ricas e giras» (reuniões em freguesias, slides a crianças, Brigada Florestal, Jornada



Técnica sobre fogos, boletim...). Estamos é impedidos de lançar acções que nos deem algum rendimento. Mas somos obrigados a pagar ordenados e rendas mensais desde Janeiro... claro que já fizemos um empréstimo bancário.

E quando saírem os novos formulários como vai ser? Só então chegaremos às conversas concretas com os que já nos contactaram e às primeiras conversas com os seus vizinhos e outros proprietários que queiramos nós contactar. Teremos de lhes dar tempo para digerirem e decidirem. Só depois se elaboram os projectos, todos de afogadilho, com o GPS a partilhar com outras Associações, também aflitas. Certamente com data limite, para aprovação a tempo de se plantar em Janeiro. Como fazer, então, a dinamização local e personalizada que devíamos estar a fazer agora? É muito duvidoso que possamos atingir o n.º de projectos, em 2000, que planeámos como mínimo para equilibrar as finanças.

Para quem acaba de nascer estar, assim, parado, é aflitivo.

Luís Osório-Presidente

## Ficha Técnica – Sapadores Florestais

### Introdução

Uma das medidas levada a cabo pela aplicação da Lei de Bases da Política Florestal foi a criação das Brigadas de Sapadores Florestais visando “o exercício de práticas de Silvicultura preventiva ao longo do ano e ainda de acções de vigilância e apoio ao combate aos incêndios florestais e subsequentes operações de rescaldo”.

Para que estejamos informados da importância desta medida vamos apresentar nesta ficha técnica a experiência dos Estados Unidos da América e também do que está a ser feito em Portugal.

### A realidade americana

Os sapadores Americanos devem-se em 4 categorias:

Engine Crews – são os responsáveis pelo ataque inicial aos fogos. Usam carros de pequeno tamanho equipados com bombas e transportando água.

Hand Crews – São responsáveis por criarem contra-fogos e clareiras para evitarem a propagação do fogo durante o incêndio. Estas equipas estão divididas em duas categorias em função da sua experiência e capacidades físicas. Os mais experientes formam as Hotshots crews, que são equipas de 20 homens muito bem equipados e treinados. Existem 70 equipas deste tipo afectas a várias entidades nos EUA e espalhadas por todo o país.

Heli-rappellers e Smokejumpers – executam ataques iniciais em pequenos fogos em locais remotos. Os Heli-rappellers são deixados pelos helicópteros e os Smokejumpers saltam de pára-quedas.

O combate a fogos florestais por pessoal especializado começou há mais de 90 anos nos USA, no entanto foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que obteve um novo incremento através do aproveitamento de material de guerra e que conduziu à criação das equipas de Smokejumpers.

O equipamento representa uma parte muito importante destas equipas, tendo muito cuidado com os aspectos da segurança, sendo obrigatório o uso de vestimentas de materiais que não ardam, bem como capacetes de segurança e botas adaptadas ao fogo. Cada equipa de Hotshots carrega consigo água e alimentos suficientes para 12 horas.

Existem inúmeros cursos de formação para os aspirantes a sapadores nos EUA. Estes cursos estão organizados em função do grau de dificuldade que apresentam e da categoria profissional a que o sapador pode aspirar. Assim para progredir na carreira o sapador tem que frequentar cursos de reciclagem e aperfeiçoamento. Os cursos são ministrados por entidades públicas e privadas existindo uma quantidade de cursos muito grande.

## O panorama português

As equipas de sapadores florestais foram criadas visando o exercício de práticas de silvicultura preventiva ao longo do ano e ainda de acções de vigilância e apoio ao combate aos incêndios florestais e operações de rescaldo.

Uma equipa é constituída por um mínimo de 5 elementos com as seguintes funções:

Acções de silvicultura preventiva (roça de matos e limpeza de povoamentos, realização de fogos controlados, manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogos e outras infra-estruturas); vigilância das áreas de que é responsável; apoio ao combate aos incêndios florestais e ope-

rações de rescaldo; e sensibilização do público para o perigo dos incêndios florestais.

Cada equipa faz-se deslocar numa pick-up com depósito de água de 400l. e grupo moto-bomba e também com possibilidade de utilização de líquido retardante. Para além deste equipamento contam com batedores, motorroçadoras, moto-serra, extintor e equipamento variado de protecção, orientação e comunicação.

Estão previstos cursos de formação que abrangem as actividades de que estão incumbidas.



## Conclusão

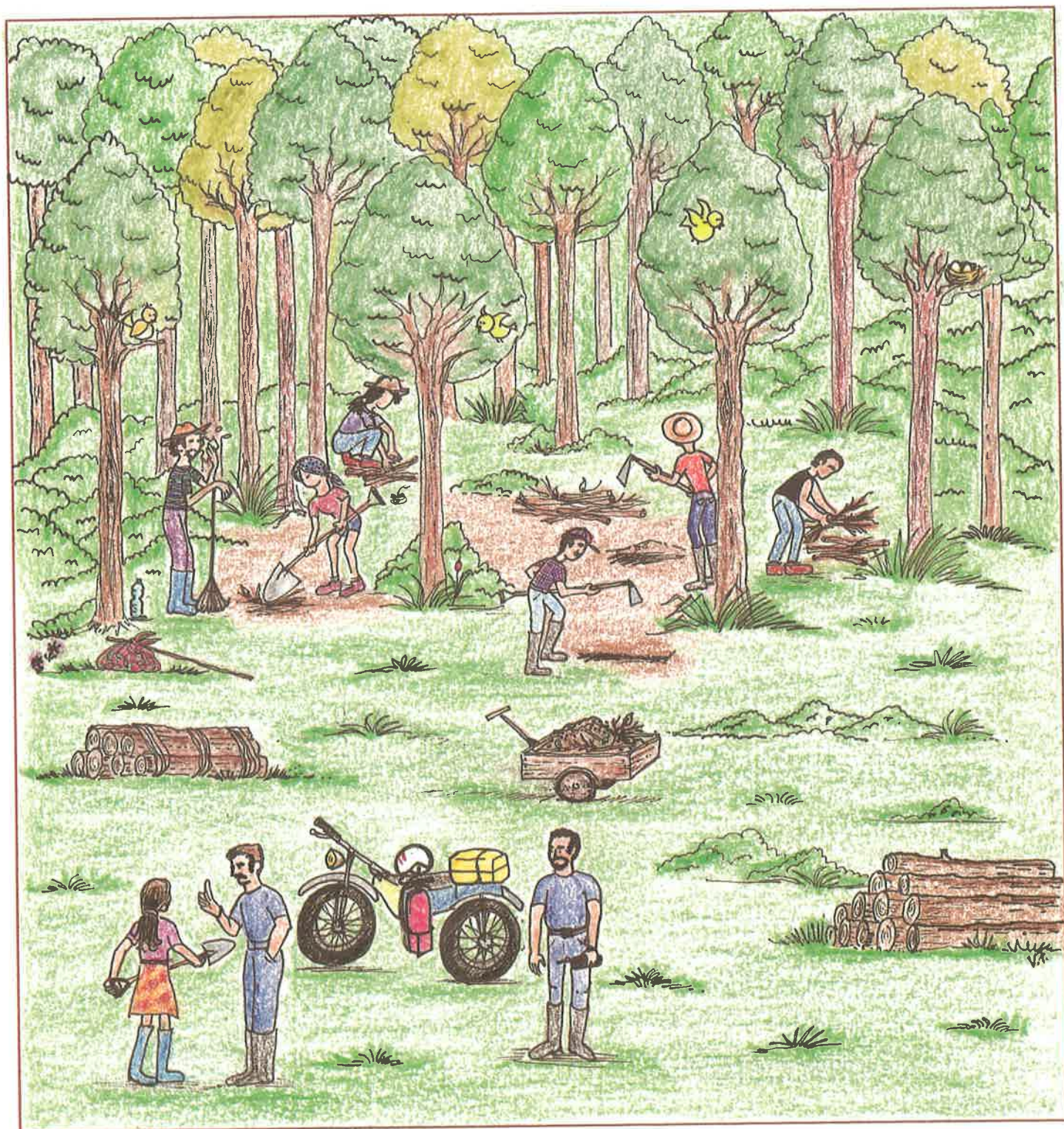
Existe grandes diferenças entre os sapadores florestais nos EUA e os que estão a ser criados em Portugal. A maior diferença prende-se com a própria filosofia pela qual foram criados. Nos EUA os sapadores só exercem funções de combate aos fogos florestais e são uma estrutura profissional, equipada e treinada com esse único fim. Em Portugal procurou-se criar equipas de sapadores com uma utilização mais polivalente, mais orientada para a prevenção. O problema do combate aos fogos continua a existir. Estas equipas de sapadores não têm capacidade, formação necessária, e equipamento para desenvolver funções dessa natureza.

A criação de verdadeiras equipas profissionais de combatentes dos fogos florestais sejam bombeiros, militares ou pertencentes a qualquer outra instituição com responsabilidades nas florestas Portuguesas é uma medida que não deve ser adiada. As actuais equipas, como está previsto, são importantes para prestarem apoio e para executarem as outras tarefas que não estão directamente ligadas ao combate aos fogos florestais.

Para mais informações sobre os sapadores florestais em Portugal aconselha-se a consultar na Internet o site da DGF.

# Floresta protegida

## Vida garantida



**Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF)**  
Ministério da Administração Interna

